

FRONTEIRAS E FRONTEIRIÇOS: OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS E A NACIONALIZAÇÃO DA FRONTEIRA NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Jérri Roberto Marin

Doutor em História pela UNESP-Assis.
Professor do Curso História da UFMS/Campus de Dourados.

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as trocas e intercâmbios culturais no sul de Mato Grosso, região fronteira com o Paraguai e Bolívia. Como corredor, ponto de passagem, de convivência e de troca de experiências a região tornou-se o lugar da heterogeneidade. O Estado sempre procurou nacionalizar e integrar a fronteira oeste à Nação, porém, na década de 40, esta ainda era representada como desnacionalizada, isolada e múltipla. O livre trânsito fronteiriço, a preponderância cultural dos paraguaios e a fluidez do Estado eram apontados como os principais problemas à segurança e soberania nacional. Discursos como esses respaldavam atitudes xenófobas e autoritárias para integrar definitivamente a região ao corpo da Nação da qual estaria segregada.

Palavras-chave: Fronteiras, identidade, Mato Grosso.

This article presents a reflection on the cultural changes and exchanges that took place in the south of Mato Grosso, frontier area with Paraguay and Bolivia. As a corridor, point of passage, coexistence and change of experiences the area became the place of the heterogeneity. The government always tried to nationalize and to integrate the West border to the Nation, but in the decade of 40 this area was still represented as nationally indefinite, isolated and multiple. The free frontier traffic, the cultural preponderance of the Paraguayans and the fluidity of the State were pointed as the main problems to the national safety and sovereignty. Such speeches backed xenophobes and authoritarian attitudes to integrate the area definitively to the body of the Nation from which it was segregated.

Key words: Borders, identity, Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul é representado, atualmente, como corredor, na ambivalência dessa palavra, próprio das regiões fronteiriças. É portal do inferno, do céu, da beleza e do Mercosul.¹ É cenário dos crimes de pistolagem, do tráfico de drogas, do contrabando de mercadorias e gado e de esconderijo e ponto de fuga de criminosos e traficantes. Fronteiras geográficas, históricas e sociológicas não podem ser delimitadas com precisão, principalmente quando podemos assentar os pés, simultaneamente, em cada um dos lados da fronteira.

O sul do Estado de Mato Grosso, como região limítrofe, extremo, oeste do Brasil, configura-se como universo cultural diverso e particular.² Como região fronteiriça com o Paraguai e Bolívia, Mato Grosso do Sul conserva matizes culturais específicos por abrigar em seu território grandes diferenças. As contribuições culturais indígenas somaram-se à paraguaia, boliviana, platina andina, européia e brasileira, que, em si, reúne a pluralidade. As dessemelhanças culturais e a diversidade étnica permitiram a conjugação de diferentes acervos, memórias e tradições, resultado de trocas e do convívio intercultural cotidiano e da transformação das diferenças através de choques, tensões e resistências. O aumento do contingente militar, na década de 1920, e os projetos colonizadores, a partir

¹ Refiro-me às representações do Mato Grosso do Sul no cenário regional e nacional. O termo “portal do inferno” foi difundido pela imprensa, ao denunciar os crimes de pistolagem e o tráfico de drogas em Mato Grosso do Sul. Em contraposição a esta imagem negativa, a elite local passou a valorizar positivamente a região. Os termos portal do céu e da beleza surgiram em 1998, quando a *Miss Dourados* foi eleita *Miss Brasil* e ficou em sexto lugar no *Miss Universo*.

² Nos referimos à região sul do Estado de Mato Grosso, ou seja, corresponde ao período anterior à divisão do Estado, em 11 de outubro de 1977.

de 1930, tornaram ainda mais complexas as contribuições e diferenças. Gentes de todas as regiões do país e imigrantes estrangeiros passam a povoar o sul do Estado de Mato Grosso, resultando numa efervescência cultural. Como corredor, ponto de passagem, de convivência e troca de experiências, propiciou a heterogeneidade, traduzida na sua multinacionalidade, no multilingüismo, no mosaico de etnias e no pluralismo cultural e religioso.

O sul do Estado de Mato Grosso inspirou Visconde de Taunay, cuja obra *Inocência* foi ambientada em Santana do Paranaíba, e Antônio Callado que, em *Sempreviva*, retratou a fronteira do Brasil com a Bolívia (Taunay, 1964; Callado, 1981). Guimarães Rosa, em viagem pela região, traduziu, no conto *Sanga Puytã* as diferenças culturais e lingüísticas da região, resultado do intercâmbio fronteiriço (Rosa, 1978, p. 17–23). Hernâni Donato, em *Selva Trágica: gesta ervateira no sulestematogrossense*, descreveu a existência de um outro país que o Brasil abrigava no sul do Estado de Mato Grosso (Donato, 1959). Mário Palmério, autor de *Chapadão do Bugre* e *Vila dos Confins*, ao explicar a palavra saudade para os paraguaios, traduziu o intercâmbio e “o interesse de um povo para outro na busca do diálogo e do conhecimento de si e do outro” na música *Saudade*, em ritmo de Guarânia (Palmério, 1973, 1978; Santos, 1997, p. 28). A fronteira do Brasil com o Paraguai inspirou e foi cenário dos filmes *Os Matadores*, de Beto Brant, e *Gaingangue – a pontaria do diabo*, de Carlos Hugo Christensen (Brant, 1997; Christensen, 1973). Almir Sater e Paulo Simões, na Guarânia *Sonhos Guaranis*, nos fazem lembrar que, se não fosse a Guerra do Paraguai, o atual Mato Grosso do Sul seria um outro país e que somos moradores da *fronteira onde o Brasil foi Paraguai* (Sater, Simões, 1982). Após a guerra, um Brasil paraguaio, onde os brasileiros eram estrangeiros. Os paraguaios

e indígenas, conhecendo minuciosamente a região, serviam de guias para os brasileiros, mesmo para os militares, que desconheciam aquela porção do território brasileiro.

O sul do Estado de Mato Grosso, devido aos campos propícios à pecuária, atraiu migrantes de várias regiões do Brasil. Entre 1829 e 1840, ocorreu a expansão pecuarista. Os fazendeiros eram procedentes de Cuiabá e seus entornos e de migrantes procedentes de Goiás, Minas Gerais e de São Paulo. Santana do Paranaíba era o pólo de irradiação do qual partiam os pecuaristas. Os criadores e aventureiros alargavam as possessões territoriais do Brasil (vales dos rios Miranda, Ivinhema, Iguatemi e Apa) ao ocuparem efetivamente as terras. Alguns latifúndios eram tão extensos que poderiam abrigar países ou reinos. As terras eram demarcadas pelo deslocamento dos bois e rebanhos e pelo alcance do olhar e da ambição. Para alguns, a ambição não tinha limites.

O governo brasileiro, após a guerra do Paraguai, para assegurar a posse e preservar a fronteira, distribuiu terras a militares brasileiros, em geral ex-combatentes da guerra do Paraguai. A defesa da fronteira centralizava-se em torno do povoamento e colonização por brasileiros. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as migrações intensificaram-se. Eram mineiros, paulistas, paranaenses, sul-riograndenses e goianos que se dedicavam à atividade pecuarista. A invisibilidade de aspectos distintivos da nacionalidade brasileira fez com que muitos gaúchos não reconhecessem o sul do Estado de Mato Grosso como pertencente ao Brasil. Muitos morriam ainda na ilusão de que estavam num país estrangeiro. Ao se referirem ao Brasil citavam o Rio Grande do Sul (Capilé Junior *et. al.*, 1995, p. 5-6).

Em 1874, iniciou-se a extração dos ervais nativos (*ilex paraguayensis*) da serra de Maracajú pela Empresa Mate La-

ranjeira. A mão-de-obra da Empresa era constituída principalmente por paraguaios, seguidos por argentinos e indígenas Kaiowá, mantidos em regime de superexploração. Os administradores, sub-administradores, comissários e demais funcionários eram, em sua maioria, argentinos, uruguaios e paraguaios.

O sul do Estado de Mato Grosso era, desde a formação histórica, o lugar da heterogeneidade em todos os sentidos. No ir e vir da fronteira, as vozes, falas, cores, roupas, risos, cheiros, sons e rostos lembravam o Paraguai, a Bolívia, as regiões andinas, um pouco de cada região do Brasil e das populações indígenas locais. Os paraguaios eram maioria entre os imigrantes estrangeiros. A fronteira do Brasil com o Paraguai, seca ou fluvial, permitia vários pontos de passagem entre os dois países, principalmente entre Ponta Porã e Bela Vista. As dificuldades do pós-guerra forçaram uma acentuada imigração para o Brasil. O endividamento externo, a falta de capitais para investimentos, as acirradas disputas partidárias geravam constantes crises políticas internas e guerras, foram fatores que obrigavam os paraguaios a imigrar ou a refugiar-se no Brasil. Os derrotados, temendo represálias e perseguições políticas, exilavam-se igualmente no Brasil. Durante a revolução de 1947, no Paraguai, cerca de três mil paraguaios refugiaram-se em Porto Murtinho.³ Os paraguaios atravessavam a fronteira para vender ou comprar produtos, visitar parentes, procurar emprego e melhores condições de vida. Na área de monopólio da empresa Mate Laranjeira eram obrigados a trabalhar pelo endividamento. Muitos imigrantes fixaram-se definitivamente ao tornaram-se proprietários de terras

³ Na década de 1940, cerca de 68% da população de Porto Murtinho era constituída por paraguaios.

e de gado, aumentando a complexidade social e cultural do sul do Estado de Mato Grosso.

Na fronteira com a Bolívia, a imigração de bolivianos era numerosa. As cidades de Corumbá, Cáceres, Livramento, Poconé, Cuiabá, Guarajá-Mirim e povoados menores atraíam grande número de bolivianos que atravessavam livremente as fronteiras. No Brasil, paraguaios e bolivianos ingressavam no mercado de trabalho como mão-de-obra desqualificada em atividades que exigiam força física, perigosas e de baixa remuneração. Eram serviços eventuais, à margem do mercado regular de trabalho ou excluídos dele.

Os aumentos populacionais de nacionais e estrangeiros foram acompanhados pela depopulação das comunidades indígenas. A mortalidade, durante a guerra do Paraguai, foi estimada em 30% (Ayala, Simon, 1914, p. 63-4).⁴ Os remanescentes tiveram parte de suas terras ocupadas pelos fazendeiros e foram incorporados como mão-de-obra barata ou compulsória na economia extrativista e pastoril ou em atividades urbanas, entre elas, a de estivadores no porto de Corumbá. O estabelecimento de aldeias, a partir de 1910, não impediu o processo de ocupação das terras e do processo de perda da identidade cultural (Carvalho, 1992, p. 469).

Em Corumbá, em 1910, os estrangeiros correspondiam a 40% da população, sem computar os descendentes. Os paraguaios, seguidos pelos árabes, constituíam as maiores colônias estrangeiras. Entre os europeus, eram mais numerosos os italianos, portugueses, alemães e ingleses (Barros, 1998, p.

⁴ Várias comunidades indígenas viviam na região dos conflitos e durante a guerra houve a formação de batalhões indígenas. Do grupo étnico dos Guanás sobreviveram os Terena e do grupo Guaikurú apenas os Kadiwéu. Os Guató foram quase dizimados pela epidemia de bexiga.

115). Entre os comerciantes passou a predominar, a partir de 1900, os sírio-libaneses. Os estrangeiros mantinham-se em grupos fechados e raramente ocorriam casamentos interétnicos. Exemplo disto foi a fundação de diversas associações culturais e de ajuda mútua para cada nacionalidade (Cidade, 1943, p. 189; Barros, 1998, p. 132).⁵

Corumbá diferencia-se das demais cidades brasileiras pelo aspecto urbanístico. A cidade recebeu influência platina e europeia nas construções civis. Particularizava-se entre as demais cidades de Mato Grosso pelo seu cosmopolitismo. As casas comerciais exibiam produtos europeus e no teatro apresentavam-se operetas, zarzuelas e comédias de Buenos Aires, Montevidéu e Asunción. Os cafés, bares, balneários e os jardins públicos permitiam opções culturais e de lazer. As ruas eram largas e calçadas e os passeios ladrilhados eram comparáveis aos existentes no Rio de Janeiro. As famílias mais abastadas realizavam viagens periódicas às cidades platinas e às principais cidades do litoral brasileiro. O complexo arquitetônico denominado “casario do porto”, em estilo neoclássico italiano, foi construído entre o final do século XIX e início do XX. O casario chama atenção pelo ecletismo da arquitetura e pela sofisticação das construções, nos seus jardins e passeios públicos. Enfim, Corumbá era uma cidade cosmopolita e reunia elementos dos países platinos, andinos e europeus, seja na arquitetura ou no estilo de vida da maioria dos moradores (Cidade, 1943, p. 116).

A construção da ferrovia Noroeste do Brasil (1908-1914) cumpria a função geopolítica de integrar o Estado de Mato

⁵ Eram a *Società Italiana de Istruzione Beneficenza e Fratellanza* (1882); Sociedade Portuguesa de Beneficência (1892); Sociedade de Beneficência Otomana (1909); Centro Espanhol (1920); Centro Paraguai (1929).

Grosso à Nação, através da ocupação, do povoamento e do desenvolvimento regional. A ferrovia seria uma “força” nitidamente nacional ao neutralizar a influência estrangeira, integrar o interior ao litoral, e promover o desenvolvimento da região através da ligação com o Atlântico, ampliando os mercados consumidor e produtivo. A ferrovia, ao facilitar o deslocamento, permitiu um novo fluxo migratório e imigratório tornando a região mais heterogênea e plural. Eram japoneses, sírios, poloneses, judeus, húngaros, alemães, portugueses, italianos e espanhóis. Em 1920, cerca de 9% da população de Campo Grande era formada por estrangeiros. Entre os imigrantes predominavam os portugueses, espanhóis, italianos e paraguaios. Se a ferrovia impulsionou o processo colonizador por outro lado acentuou as diferenças étnica e cultural. Uma cultura unidirecionada era reiteradamente negada pelo aprofundamento das diferenças já existentes. Em Porto Esperança, ponto terminal da ferrovia, o idioma mais recorrente era o guarani, lembrando os visitantes que ali era uma fronteira e o Brasil digeriria o que estava do outro lado (Sodré, 1941, p. 191).

Na década de 1920, foram realizadas várias obras de caráter estratégico e militar no sul do Estado de Mato Grosso. Campo Grande tornou-se, a partir de 1921, sede do Comando Militar do Estado de Mato Grosso, com jurisdição sobre as guarnições militares de Campo Grande, Ponta Porã, Bela Vista, Porto Murtinho, Coimbra, Corumbá, Cuiabá e Aquidauana. A guarnição militar de Campo Grande compreendia, em 1920, 2.000 homens. O grande contingente militar na área fronteiriça, procedentes de todo o Brasil, principalmente do Rio de Janeiro, tornou mais complexas as diferenças culturais. Corumbá, por exemplo, recebeu o gosto pelo carnaval de rua, pelos times de futebol do Rio de Janeiro e pelos terreiros de umbanda e candomblé.

A multiplicidade cultural acentuou-se com a “Marcha para o Oeste”, proposta por Getúlio Vargas. Com a formação de Colônias Agrícolas Federais, Estaduais e Municipais, a partir de 1943, o processo de colonização do sul do Estado de Mato Grosso ganhou impulso.⁶ Segundo dados oficiais, teriam sido fundadas até 1972 16 colônias. A Colônia Agrícola Federal de Dourados foi fundada em 1941 e, até 1960, tinha recebido aproximadamente 9.232 famílias. A população urbana e rural do município de Dourados passou de 84.955 habitantes, em 1960, para 148.980, em 1968, e 174.668, em 1970 (Diagnóstico..., 1972, p. 41). Nas décadas de 1950 e 1960, inúmeras Empresas de colonização privada atuavam na região.⁷ A inauguração de um terminal da Noroeste do Brasil que interligava Campo Grande a Ponta Porã, em 1953, a migração foi estimulada. O fluxo migratório intensificou-se nas décadas seguintes, principalmente com a migração de gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, cearenses e baianos que se dedicaram à agricultura intensiva e à pecuária. Nessa época, era raro encontrar um indivíduo que tivesse nascido no sul do Estado de Mato Grosso.

A FRONTEIRA COMO CORREDOR CULTURAL

Um Estado pressupõe teoricamente um território contínuo, indiviso, soberano e separado dos países vizinhos por fronteiras claramente definidas. Essa concepção territorial e

⁶ O Núcleo Colonial de Dourados gerou vários núcleos urbanos e desenvolveu outros já existentes.

⁷ As Empresas foram: Empresa Viação de São Paulo – Mato Grosso, Empresa Moura Andrade, Empresa de Melhoramentos e Colonização S/A, Empresa Vera Cruz. No final da década de 60, o INCRA implementou vários projetos de colonização. Neste período, ocorre uma nova frente de migração de sul-rio-grandenses, que se dedicam à agricultura mecanizada de cereais.

política postulava que o Estado exercia seus poderes por todo o território de forma homogênea. No caso específico do Brasil com o Paraguai, onde estariam as fronteiras, seja seca ou fluvial? A Comissão Mista de Limites Brasil Paraguai fixou, como linha divisória, os rios Paraguai, Apa e Estrela. Na fronteira seca, foram construídos marcos de cimento para delimitar os territórios e demarcar as diferenças culturais. A fronteira, neste caso, situava-se hipoteticamente no meio das águas ou entre os marcos? A realidade fronteiriça do Brasil com o Paraguai e a Bolívia contestava e fragilizava a visão de que as fronteiras são precisas e de que o Estado era soberano e mobilizava de forma homogênea todos os cidadãos. As fronteiras geográficas existiam apenas nos mapas, pois na prática não eram delimitadas.

No sul do Estado de Mato Grosso, os fronteiriços compartilhavam as mesmas experiências, alegrias, pesares, os mesmos gostos musicais e vivenciavam problemas comuns. O espectro cultural era heterogêneo, variável e afastava-se do macronacional. A complexidade da situação fronteiriça pode ser atestada na indefinição da identidade nacional. Todos eram moradores da mesma fronteira e o *outro*, como estranho ou inimigo, não era identificável.⁸ As diferenças de cores, rostos e línguas entre o Brasil, Paraguai e Bolívia não eram observáveis.

O constante ir e vir fronteiriço permitia o livre trânsito de gentes, culturas, mercadorias, veículos, animais e doenças. A fronteira, como espaço dinâmico, vivo e variável possibilitava uma comunicação ampla e irrestrita. Bela Vista tinha sua homônima do outro lado do rio Apa, no Paraguai. As cidades

⁸ Neste artigo focar-se-á exclusivamente os paraguaios. O *outro* poderia ser os indígenas, os sul-rio-grandenses, entre outros.

estabeleciam uma continuidade, dada a facilidade de transposição do rio por meio de canoas. Ponta Porã também tinha uma gêmea paraguaia. A divisão entre ambas era feita pela avenida internacional. Ali, as comunicações entre os moradores eram francas e freqüentes. Enfim, rios ou marcos de cimento não delimitam uma fronteira geográfica, histórica e cultural entre os países. As fronteiras são imaginárias, móveis, incertas e de difícil delimitação.

O Paraguai possibilitava elos de ligação do sul do Estado de Mato Grosso com o próprio Brasil e com o exterior, diminuindo seu isolamento. A Empresa Mate Laranjeira atuava no Brasil e Paraguai e os carros de tração animal da empresa transitavam livremente entre os dois países. A erva mate era escoada por Ponta Porã, sendo transportada por carros de bois até o porto de Concepción, no Paraguai, de onde, por meios de barcas, chegava até Buenos Aires, Montevideo e Asunción.⁹ A escrituração interna era em língua espanhola, o dinheiro com que pagavam os funcionários era o peso paraguaio, os idiomas predominantes eram o castelhano e o guarani.

Os moradores das imediações da fronteira, no lado paraguaio, cortavam as folhas da erva mate e as conduziam, no mesmo dia, para o Paraguai, para ali ser elaborada. A maior parte da erva mate exportada pelo Paraguai era de procedência brasileira. Vapores argentinos e comerciantes estrangeiros estabelecidos em Corumbá percorriam com embarcações o rio Paraguai contrabandeando madeira, gado e erva mate (Corrêa, 1997, p. 82). A escassez de produtos agrícolas

⁹ A partir de 1892, a exportação da erva mate passou a ser realizada pelo rio Paraguai em Porto Murtinho. A partir de 1909, a erva passou a ser exportada também pelos rios Ivinhema, Amambáí, Iguatemi e Paraná.

obrigava os moradores ribeirinhos do rio Paraguai a comprar dos vapores argentinos artigos de consumo imediato. Os movimentos grevistas nos portos de Buenos Aires, Montevideu e Asunción repercutiam no porto de Corumbá, favorecendo a organização dos portuários, estivadores, fiscais da Alfândega e demais trabalhadores (Corrêa, 1985, p. 125).

A fronteira desguarnecida facilitava o contrabando de mercadorias (madeiras, erva mate, gado em pé), os ataques de bandoleiros, bandidos e bandos armados, os roubos de animais vacum e cavalar ou de produtos agrícolas e os assaltos a viajantes, casas comerciais e fazendas. Bandos especializados em roubo de gado nos dois lados da fronteira geravam um intercâmbio de animais e mercadorias. Os bandos do lado paraguaio roubavam animais ou produtos no Paraguai e os contrabandeavam para o Brasil e os do lado brasileiro conduziam o gado roubado do Brasil para o Paraguai ou revendiam-no para grandes proprietários rurais. Esses grupos ou indivíduos, formados por brasileiros ou paraguaios, deixavam um rastro de fogo e sangue por onde passavam.¹⁰ Na fronteira com a Bolívia esse mesmo intercâmbio era realizado por grupos de salteadores bolivianos. Um dos bandoleiros que atuava na fronteira com o Paraguai era Franck Six Moritz, conhecido como Sismório, nasceu em Corrientes, de pai inglês e mãe paraguaia, porém, na aparência e no trato, lembrava um sul-rio-grandense.¹¹ Na década de 1950, as autoridades ainda denunciavam a presença de bandos armados

¹⁰ O contrabando de gado, quando realizado pelos próprios fazendeiros, era uma das formas para viabilizar a atividade pecuarista, propiciando capitais para serem investidos em sal ou na compra de gêneros de primeira necessidade.

¹¹ Franck Six Moritz atuou como mercenário no exército de Bento Xavier, entre 1906 e 1911.

que praticavam saques e assassinatos, gerando um clima de insegurança.¹²

A correspondência destinada a Ponta Porã, até 1915, seguia o trajeto Asunción – Pedro Juan Caballero, onde eram retiradas (Rosa, 1962, p. 51). Em toda a fronteira com o Paraguai não havia serviço telegráfico. Quando o governo paraguaio começou a construir uma linha telegráfica na fronteira, as autoridades brasileiras avidamente se interessaram em conectar-se com o sistema paraguaio, autorizando fundos para tal. Os telegramas e correspondências das repartições públicas e militares da fronteira eram conduzidos por um estafeta até Bela Vista para serem expedidos. A estrada que ligava Ponta Porã a Bela Vista percorria ora o território brasileiro ora o paraguaio. A partir de 1917, o serviço dos correios, com a criação de uma linha postal de Campo Grande a Ponta Porã, passou a ser realizado em território brasileiro. O periódico *Ponta Porã*, que circulou a partir de 1º de agosto de 1914, era impresso em Concepción, Paraguai. A partir de 1920 os jornais começaram a ser impressos em Ponta Porã.

Em Ponta Porã, a maior parte das casas comerciais localizava-se em Pedro Juan Caballero, embora os comerciantes residissem no lado brasileiro. O abastecimento das casas comerciais brasileiras era feito em Concepción, a 360 Km da fronteira. Esses produtos eram redistribuídos e abasteciam o sul do Estado de Mato Grosso. Entre os produtos comercializados destacavam-se o sal, produtos manufaturados (roupas, charutos, bebidas, alimentos, perfumes) e gêneros alimentícios. A

¹² A fluidez da presença do Estado e das instituições a ele articulados, a imprecisão das fronteiras, as disputas entre as facções oligárquicas reforçaram a militarização da sociedade e permitiram a continuidade das outras formas de exercício de poder, como as exercidas pelos proprietários rurais e pela Companhia Mate Laranjeira.

grande oferta de produtos importados tornava os produtos comercializados no Paraguai muito atrativos (Pereira, 1927, p. 41). Os produtos eram transportados por carros puxados por bois. Foram observados, no sul do Estado de Mato Grosso, diferentes estilos. Havia os carros de bois à mineira, paulista, gaúcha e paraguaia.¹³

O dinheiro paraguaio, argentino, boliviano e brasileiro circulava normalmente na fronteira. O comércio fronteiriço aumentava as trocas culturais e a comunicação trilingüe.

A supremacia de Concepción, como centro distribuidor e abastecedor de várias cidades do sul do Estado de Mato Grosso, persistiu até o final da década de 1940, apesar da ferrovia Noroeste do Brasil ter transformado Campo Grande num centro comercial (Benitez, 1991, p. 53-4, 241). A construção do ramal ferroviário que interligava Campo Grande a Ponta Porã, iniciado em 1938 e concluído em 1953, abalou a hegemonia comercial de Concepción.

Os paraguaios percorriam livremente o território sul-mato-grossense. Em geral, formavam grandes grupos, constituído exclusivamente de paraguaios, à procura de empreitadas, pois

¹³ Os carros de bois gaúchos tinham as rodas grandes (para facilitar a travessia dos córregos), com raios, ferradas com chapa lisa e com eixo de ferro, fixos e puxados por seis bois. Os carros gaúchos não cantavam como os paulistas, porém eram resistentes e permitiam carregar cargas pesadas. Os carros mineiros aproximavam-se dos paulistas, pois as rodas eram cheias, cantavam como os paulistas e tinham a mesa baixa. Os carros de bois paraguaios tinham um toldo de zinco e alguns um telhado de capim, em vez do couro como os carros gaúchos. Os carros paraguaios tinham um mastro horizontal que alcançava todas as juntas de bois (3 ou 4 juntas). Na altura de cada junta de bois, o mastro tinha um ferro atravessado que permitia bater nos animais. O carreteiro trabalhava sentado, dentro do carro e geralmente viajava com toda a família do condutor. A forma de atrelar os animais era diferente. Os paulistas no peito do animal e os paraguaios nos chifres (PEREIRA, 1927, p. 4-5).

temiam o endividamento e o trabalho compulsório. Ao transporem as fronteiras, constituíam parte considerável, porém flutuante, da população. Nas vésperas das eleições, coronéis sul-mato-grossenses recrutavam paraguaios para votar no Brasil, em troca de favores ou dinheiro. Esse contingente eleitoral era numeroso e adquiria, desta forma, dupla cidadania.

Os brasileiros também percorriam com a mesma liberdade o território paraguaio. A inexistência, no Brasil, de estabelecimentos de ensino obrigava as crianças brasileiras a estudarem no Paraguai. As crianças atravessavam diariamente a pé ou a canoa a fronteira para estudar nas escolas de Pedro Juan Caballero ou de Bella Vista, no Paraguai. Em 11 de abril de 1901, foi criada a primeira escola mista de Ponta Porã. Porém, na década de 1930, crianças brasileiras continuavam estudando no Paraguai, por falta de escolas na área fronteira. A elite sul-mato-grossense costumava matricular seus filhos, como internos, em colégios no Paraguai.

Eram os músicos paraguaios que animavam os bailes e festas do lado brasileiro. Os ritmos paraguaios, argentinos e andinos eram os preferidos. O grande contingente de paraguaios obrigava os músicos a não tocarem músicas do Partido Colorado nem do Partido Liberal, mas apenas as músicas consideradas neutras, para evitar brigas e desentendimentos. Elpídio Reis, quando foi estudar em Campo Grande, em 1936, notou que as lojas procuravam atrair os clientes através da música paraguaia, sobretudo a polca. Os lojistas preocupavam-se em atualizar-se em relação aos novos lançamentos e ritmos. Os instrumentos musicais mais difundidos eram os das músicas paraguaias: violão, sanfona e a harpa (Reis, 1981, p. 62). No sul do Estado de Mato Grosso os bebês brasileiros adormeciam com cantigas, músicas, estórias paraguaias cantadas pelas babás ou mães paraguaias e brasileiras.

Nas bailantas e quilombos, trabalhavam mulheres de várias nacionalidades e etnias e eram freqüentadas por homens dos dois lados da fronteira.¹⁴ Os homens buscavam nestes locais bebida forte, música alegre e mulheres dóceis, para aliviar as dificuldades do cotidiano. As mulheres eram raras no sul do Estado de Mato Grosso e numerosas no Paraguai. Eram sobreviventes de uma guerra que exterminou homens e crianças do sexo masculino. A companhia de uma mulher era um privilégio de poucos, principalmente dos mais jovens que podiam sustentá-las. Cientes de sua raridade e importância, elas somente concediam prazeres e agrados àqueles que satisfaziam seus caprichos. Segundo Barbosa, as “chinas” valiam ouro e eram disputadas pelos homens (Barbosa, 1963, p. 109). Para Vicenzi, o Estado de Mato Grosso era um “país imenso, povoado por um punhado de homens” (Vicenzi, s. d., p. 80). As paraguaias eram consideradas as mais belas, sensuais, graciosas e cheirosas.

A fronteira podia também significar a conquista da liberdade. Criminosos paraguaios e brasileiros, procurados pela polícia, refugiavam-se no sul do Estado de Mato Grosso ou no Paraguai. Para os paraguaios que trabalhavam na Empresa Mate Laranjeira, a liberdade estava no outro lado da fronteira, no Paraguai. Os combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932, quando derrotados, cruzaram as fronteiras e se refugiaram no Paraguai, até sua anistia.

Durante as disputas entre as facções oligárquicas ou pela propriedade das terras os paraguaios e brasileiros eram recrutados, como mercenários, para formar milícias armadas, como

¹⁴ Era a denominação das casas de prostituição no Paraguai e no sul do Estado de Mato Grosso. Nas bailantas encontravam-se as mulheres jovens, bonitas e caras. As prostitutas que trabalhavam nos quilombos eram velhas e mais baratas.

pistoleiros ou guardas pessoais. Ex-praças do exército e militares desertores paraguaios fugiam com animais de tiro, armas e munição, devido aos baixos soldos, e refugiavam-se no Brasil. Muitos incorporavam-se às guarnições militares na fronteira ou empregavam-se como matadores de aluguéis, bandoleiros e contrabandistas. Militares brasileiros também desertavam e fugiam para a Bolívia ou Paraguai. Segundo Corrêa, na década de 1950, a participação de militares brasileiros e estrangeiros era freqüente nas questões políticas regionais, nos movimentos rebeldes no Brasil, como no Paraguai e Bolívia (Corrêa, 1997, p. 267). Os movimentos armados gestados no sul do Estado de Mato Grosso, como o ocorrido em 1916 contra as políticas estaduais que beneficiavam a Empresa Mate Laranjeira, tinham forças mercenárias comandadas por oficiais estrangeiros. Em 1925, o major Bertoldo Klinger, que comandou a repressão contra a Coluna Prestes no sul do Estado de Mato Grosso, criticou os voluntários enviados por um determinado coronel de Bela Vista, pois vários deles eram paraguaios que compreendiam somente o guarani (Klinger, 1958, p. 228).

As trocas não se reduziam ao comércio, mercadorias, culturas e gentes, mas estendia-se ao intercâmbio de doenças. Surtos epidêmicos eram freqüentes, gerados pelo movimento de embarcações, de várias procedências, no porto de Corumbá. A situação era agravada pelas más condições de saneamento da cidade, que facilitavam a proliferação. Segundo Corrêa, entre 1887 e 1920, ocorreram 34 surtos epidêmicos em Corumbá (Corrêa, 1980, p. 93).¹⁵ O mal das cadeiras (epizootia) atacava os cavalos e mulas, nas regiões paludosas, no Paraguai, Bolívia e Brasil, tornando-se endêmico

¹⁵ Os mais freqüentes foram de cólera, varíola, coqueluche, febre amarela, febres gastrintestinais, gripe influenza, sarampo, tifo e peste bubônica.

em toda a fronteira. Durante a Guerra do Paraguai, os cavalos das tropas paraguaias, que ocuparam em 1864 Corumbá, dos indígenas Guaikurús e parte dos animais da tropa brasileira foram acometidos pela doença, resultando em grande mortalidade.¹⁶ As constantes epidemias, dizimando os eqüinos, fundamentais na atividade pecuarista, obrigavam os criadores a importá-los de Minas Gerais e São Paulo ou do Paraguai e da Bolívia. Segundo Taunay, o surto epidêmico teria surgido da Bolívia, em 1857, espalhando-se por todo o Mato Grosso (Taunay, [1929?], p. 61-2).

A política do Brasil, Paraguai e Bolívia interessavam aos fronteiriços. Muitos brasileiros residentes em Ponta Porã interessavam-se pela política interna do Paraguai, inclusive com posição partidária definida. A preponderância paraguaia manifestava-se na música, na circulação da moeda paraguaia, nas festividades, na alegria e no culto cívico aos heróis paraguaios. A organização dos trabalhadores do porto de Corumbá estava relacionada à mobilização dos sindicatos dos países platinos. Em todas as cidades do sul do Estado de Mato Grosso circulavam jornais argentinos e paraguaios. Durante a Guerra do Chaco, os brasileiros se identificavam mais com o Paraguai do que com a Bolívia. “A guerra não era nossa, mas era como se fosse” (Reis, 1981, p. 120). Os brasileiros da fronteira cultuavam os heróis paraguaios e se comoviam diante do desmedido patriotismo dos vizinhos fronteiriços. Os paraguaios tinham, e ainda mantêm, maior afinidade e simpatia com os brasileiros do que em relação aos argentinos e vice-versa. De Asunción, foi importada a primeira bola de futebol de Ponta Porã. O time do Internacional Sport Clube de Ponta Porã congregava

¹⁶ A doença é provocada pelo *Trypanosoma equinum* e provoca a paralisia dos membros posteriores dos animais.

brasileiros, paraguaios e uruguaios e disputava partidas preferencialmente com times do Paraguai. Os primeiros sinos das igrejas do sul do Estado de Mato Grosso também foram importados do Paraguai.

O sul-mato-grossense era, e ainda é, mestiço (dihíbridos e trihíbridos, como os cafusos e caburés), era aquele que abrigava em si as diferenças existentes na região. O convívio intercultural levou à miscigenação. Muitos fazendeiros, militares e estrangeiros notabilizaram-se por deixarem incalculável número de descendentes de todas as cores. No sul do Estado de Mato Grosso encontraram-se vários universos culturais que se fundiram e resultaram num mosaico de rostos e cores. A maior parte da população era masculina e a falta de mulheres tornava comum o casamento e uniões interétnicas. A transitoriedade entre as etnias permite ver a cultura sul-mato-grossense como múltipla e plural. O pantaneiro e fronteiriço tem pele morena escura, cabelos lisos e traços faciais delicados, resultado do caldeirão cultural. Lévi-Strauss, na década de 30, observou que, na Fazenda Francesa, que visitou no pantanal, misturavam-se as “tradições brasileira, paraguaia, boliviana e argentina”. Os diretores, dois franceses, “havia adotado o traje do pampa: chapéu boliviano ... e o ‘chiripá’ ... Nos dias mais frios, substituíam o ‘chiripá’ pelas ‘bombachas’. Um dos diretores da fazenda costumava ser tratado por “dom”, tratamento mais usual nos países vizinhos (Lévi-Strauss, 1996, p. 155-6). Nas fazendas conviviam peões de várias procedências e etnias: eram paraguaios, argentinos, bolivianos, uruguaios, brasileiros e indígenas.

A indumentária e a culinária sintetizam as múltiplas influências culturais. De Cuiabá herdou-se o hábito de tomar guaraná gelado, do Rio Grande do Sul o chimarrão, da Bolívia a chicha (aguardente de milho) e a sangria (mistura de vinho,

limão e água) e do Paraguai o tereré. O prato típico da região era denominado de *locro*, um cozido com milho e carne com ossos. O churrasco, acompanhado da mandioca, considerado tipicamente fronteiriço, é uma contribuição paraguaia, principalmente quando acompanhado por tereré e músicas paraguaias, especialmente a polca e as guarânias.¹⁷ A mandioca fazia parte da dieta alimentar dos paraguaios e indígenas e se consolidou como alimento típico de Mato Grosso. A sopa paraguaia, a *chipa* e as chalanas são contribuições paraguaias.¹⁸ A saltenha, o arroz colorido e o frango desfiado são aquisições da Bolívia, assim como o costume de carregar as crianças nas costas. O gosto pelas roupas coloridas e longas tranças no cabelo são heranças paraguaias, enquanto os tecidos com padronagem xadrez com cores vivas são bolivianas. O chiripá, espécie de calça em forma de fralda, é de origem paraguaia e a bombacha, do Rio Grande do Sul. Entre as peças típicas do vestuário destacava-se o tirador, avental de couro, e o puytã, espécie de capa de proteção para o frio, freqüentemente de cor vermelha. O costume de montar em bois, que predominava em Corumbá, foi uma contribuição da Bolívia.

Uma das características dos paraguaios era sua constante alegria, inclusive no luto. No trabalho e no lazer, sempre em torno do tereré, o fronteiriço e o pantaneiro mantinham uma alegria ruidosa, festiva, intrépida, manifestada por gritos, gargalhadas e tiros de regozijo (Barros, 1998, p. 139). A alegria, que se incorporou à identidade sul-mato-grossense é uma contribuição cultural dos paraguaios. Guimarães Rosa testemu-

¹⁷ Segundo Reis, o churrasco, na região fronteiriça, por influência Paraguaia, diferenciou-se daquele feito no Rio Grande do Sul. A carne é temperada com outros ingredientes além de água e sal e os espetos deitados por sobre o fogo, de forma que a carne se asse por igual (1981, p. 64).

¹⁸ Chipa é um tipo de pão feito de polvilho, queijo e gordura.

nhou que “o violão, para o paraguaio, é arma de combate e ferramenta de lavoura. Se verdadeira, bela é a história, se imaginada, ainda mais” (Rosa, 1978, p. 20).

As religiosidades populares vivenciadas no sul do Estado de Mato Grosso eram multifacetadas, resultado da pluralidade cultural. O catolicismo luso-brasileiro recebeu novas contribuições dos indígenas, paraguaios e bolivianos, entre outras. Esses diferentes e heterogêneos usos e entendimentos do sagrado frustraram as tentativas homogeneizantes e unanimistas da Igreja na implantação do catolicismo tridentino e romanizado. Ao se refundir espiritualidades diversas, múltiplas, surgiu uma espiritualidade sincrética. A presença de paraguaios, militares e, posteriormente, migrantes nacionais era vista de forma positiva pela Igreja Católica, pois estes imprimiam nova fisionomia cultural à sociedade, principalmente no aspecto religioso. Os militares, por serem procedentes de outras regiões do Brasil, não partilhavam do mesmo *ethos* mental da população sulmato-grossense, que recusava-se em internalizar as normas católicas. Os paraguaios e os militares formavam um contingente afeito às normatizações do catolicismo e, às vezes, frequentavam as igrejas e práticas sacramentais. Por outro lado, a presença de militares trouxe novos problemas. Através deles difundiram-se em Corumbá os terreiros de umbanda e o candomblé e o gosto pelo carnaval de rua. Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Bolívia e Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai, tinham devotos nos dois lados da fronteira. Padres paraguaios auxiliavam os padres brasileiros na fronteira no Brasil e estes prestavam assistência religiosa no Paraguai.

No ir e vir da fronteira, muitos aspectos culturais foram assimilados, reelaborados e fundidos. A presença numerosa de paraguaios tornava o sul do Estado de Mato Grosso uma

extensão do Paraguai, da Bolívia e dos países platinos. Segundo Barros, não só no pantanal, mas em todo o sul do Estado de Mato Grosso, a cultura paraguaia tornou-se preponderante:

“Acabamos usando botas campeiras, em vez de botina mineira, e bombachas e faixas com predominância das cores da bandeira paraguaia, que usávamos sem notar, além de guaiacas, palas, puitãs e tiradores. Em cidades e vilas do planalto, ainda bem próximo dos nossos dias, era usual nas ruas.

Também toda nossa traia de montaria, do loro à cabeçada, tem origem paraguaia. Um grande número de denominações, na zona rural, é derivado do guarani, língua que muitos dos nossos aprenderam a falar. A carreta pantaneira, nosso carro de bois, também é de origem paraguaia...

No lazer, é flagrante a influência ... Deles adotamos o tereré, o gosto pela dança, as festas, o baile com aqueles gritos no salão, o gosto pelas corridas de cavalo e o truco espanhol. Particularmente, deles adotamos a música: a polca de ritmo rasqueado” (Barros, 1998, p. 219).

O intercâmbio cultural fronteiriço também foi descrito por Pereira. O sul-rio-grandense, por exemplo, incorporou o modo de vida paraguaio, tornando-se fronteiriço:

“Dos typos de brasileiro, o que predomina e logo se torna evidente, pelo falar, pelo agir, por tudo enfim, é o ‘guasca’.

GUASCA é o rio-grandense da fronteira. Todo habitante do sul de Matto Grosso, se não fala correntemente o guarany, fala um pouco, e se fez compreender nessa lingua. Assim tem que ser, porque quasi todo comarada das fazendas, campeiros, carreiros, etc. são paraguayos. Pela razão que acima relatamos é que a linguagem está cheia de termos gaúchos, guaranys e castelhanos.

A vida da fronteira obedece portanto a uma confraternização de brasileiros e paraguayos que viajam livremente pelo Brasil ou pelo Paraguay. Em Ponta Poran onde a fronteira é secca, isto é, a linha divisória passa pelo centro de uma rua, Avenida Internacional, se vêem taboetas em portugues de um lado e em castelhano do outro. Nas duas cidades, Ponta Poran e Pedro Juan Caballero, os habitantes vivem a mesma vida, partilham as mesmas alegrias e os mesmos pezares” (Pereira, 1927, p. 25).

Guimarães Rosa testemunhou, em sua viagem pelo sul do Estado de Mato Grosso, as diferenças e trocas culturais, traduzidas no conto em *Sanga Puytã*. Para ele, em Campo Grande, aportavam

“risos do Paraguai em pares de olhos escuros, mal avistados, e no ritmo das polcas e guaranias. ‘*Paraguayita linda!*’ – toa uma harpa, entre guitarras. Compra-se o *nbanduti* – fios de amido e amor, rijo aranhol constelado, espuma em estrias. As *fajas* coloridas prendem as armas, como enfeites. E espalham-se os *puytãs* – os ponchos de sarja escarlate – que transitam, contra horizontes e céus, como fúcsias enormes, amadurecendo um vaqueiro num cardeal, pingando de sangue o planalto, nas léguas instantâneas da paisagem, ou acendendo no verde do Pantanal tochas vagantes” (grifo do autor) (Rosa, 1978, p. 17-8).

Petrone trouxe a lume a influência cultural do paraguaio sobre os migrantes nordestinos que se dirigiram ao sul do Estado de Mato Grosso na década de 1950. Esses adotaram inúmeros costumes e valores dos paraguaios. Suas casas eram construídas com paredes de taquaruçú, de influência paraguaia, e seu linguajar incorporou as expressões e o sotaque do guarani e castelhano (Petrone, 1957, p. 71, 92-3).

Naquela zona de osmose, fronteira e mista, a língua predominante era o guarani, seguido pelo castelhano. O português quase não era empregado. As conversas informais misturavam sotaques e expressões regionais de várias regiões do Brasil e línguas bizarras, como o “portunhol”, faladas pelos visitantes, sejam estrangeiros ou brasileiros. Em Ponta Porã, a mistura do castelhano com o guarani e português teria gerado, para Melo e Silva, um dialeto que, falado na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, ninguém compreenderia (Melo e Silva, 1939, p. 122-3). Falavam-se ainda várias línguas e dialetos, fossem as das comunidades indígenas ou dos imigrantes estrangeiros, constituindo-se no sul do Estado de Mato Grosso

uma nova “Babel”. De ambos os lados da fronteira, após uma polca alegre, ouviam-se aplausos bilíngües, trilingües. Nas corridas de cavalo, o juiz de partida gritava a ordem de largada em guarani e a repetia, logo após, em português, “para a gente da cidade” (Donato, 1959, p. 161). Na Semana Santa, na área da Empresa Mate Laranjeira o “rezador”, responsável pelos atos religiosos, era escolhido entre os mais velhos dos participantes da festa e entre aqueles que dominavam o guarani e o castelhano, pois assim seriam compreendidos por todos. Em Corumbá, de fins do século XIX até 1920, eram correntes os usos de diversas línguas estrangeiras, devido ao comércio com o exterior do porto e a grande presença de estrangeiros residentes na cidade. Falavam-se ainda várias línguas indígenas e dos imigrantes europeus, platinos e orientais. Durante a construção da ferrovia Brasil-Bolívia (1939-1952), o castelhano era a língua mais recorrente entre os operários e administradores.

A língua portuguesa era pouco recorrente nos municípios fronteiriços na década de 1940 e a única forma de fazer-se compreender era recorrer ao dialeto. Sodré observou que mesmo os comandantes dos regimentos da fronteira tinham um sotaque “estranho, misto de castelhano e guarani”. Para Sodré, “aquilo era o fim do Brasil, em todos os sentidos” (Sodré, 1986, p. 190). No final da década de 1940, Sodré reafirmou que, das três línguas utilizadas no sul do Estado de Mato Grosso, o guarani era a mais empregada. O desconhecimento da língua guarani poderia trazer embaraços para os viajantes que percorriam as terras sul-mato-grossenses (Id., 1942, p. 189). Entre as aquisições culturais dos paraguaios encontram-se denominações, em língua guarani e espanhol, de vários rios, acidentes geográficos, de cidades, animais, peixes, entre outros.

Em suma, a situação fronteiriça permitia grande integração intercultural e interétnica em toda sua multiplicidade e diversidade. Culturas diferentes conviviam e confrontavam-se, aprendiam e ensinavam. As contribuições culturais paraguaias foram “rebrasileiradas”, como reporta Guimarães Rosa em *Sanga Puytã*:

“O Paraguai, individualizado, talvez já pronto, é extravazante; o Brasil, absorvente, digeridor, vai assimilando todos os elementos, para se plasmar definitivamente. Onde só se bebia mate e se bailava ao som da polca e da santa-fé, passaram a tomar café e dançar samba. ‘O Paraguai está recuando’- dizia alguém, jovialmente, como se comentasse uma partida de esporte. Mas tudo se passa num estilo harmonioso, convivente. Em Dourados, uma mulher mostra seu filho, menino teso como guaicuru: - ‘Paraguay no, Brasilerito!’” (Rosa, 1978, p.19).

Para os intelectuais, militares e viajantes nacionais e estrangeiros, o sul do Estado de Mato Grosso continuava sendo, no final da década de 1940, um Brasil “exótico e deformado”, um mundo à parte, ermo e incivilizado. A região distanciava-se do modelo idealizado de Nação, ou seja, homogênea, una, indivisível, dotada de soberania plena dentro dos seus limites, controlada por um Estado regulador e protetor. O intercâmbio fronteiriço distava da concepção de fronteira como faixa delimitadora do espaço territorial, político e cultural entre duas nações. Ao assinalarem as diferenças culturais, evidenciam um Brasil cioso das diversidades regionais. O Brasil real seria, na verdade, vários “brasis” de diferentes populações e culturas.

Para criar fronteiras geográficas, políticas e culturais, preocupavam-se em propor soluções com o fim de criar a percepção de territorialidade, de soberania nacional, de controle do Estado sobre a Nação e de homogeneidade cultural e histó-

rica. Ao mesmo tempo, reivindicavam uma intervenção saneadora das autoridades para reconciliar o sul do Estado de Mato Grosso com o Brasil. As soluções propostas incluíam desde a intervenção autoritária do Estado até medidas disciplinares e coercitivas a fim de homogeneizar as diferenças e reafirmar o sentido nacional.

Melo e Silva (1939, 1989), por exemplo, ao descrever a fronteira com o Paraguai, ressaltou aspectos que a singularizavam. Seria um Brasil desnacionalizado, isolado geograficamente, atrasado economicamente, desguarnecido militarmente, de população e cultura heterogênea, bárbaro e avesso ordem e às leis nacionais. Era um espaço não incorporado ao Brasil e que distava da modernidade dos centros mais dinâmicos da economia nacional. Para ele, a posição geográfica, a extensa fronteira e a economia regional acentuavam sua desnacionalização.¹⁹ O livre trânsito fronteiriço teria gerado uma ameaça à ordem estabelecida. Temia, sobretudo, a fragmentação da unidade política brasileira, com a anexação do sul do Estado de Mato Grosso por algum país estrangeiro, principalmente pela Argentina. Desse modo, faltava à população o “nacionalismo que [deveria] constituir o sonho e preocupação do brasileiro”. O sul-mato-grossense teria perdido sua identidade brasileira e a cultura local era oposta à nacional (Melo e Silva, 1939, p. 106-7).

O ir e vir da fronteira tornou-se numa ameaça à soberania nacional e respaldava reações xenófobas. Os paraguaios,

¹⁹ A maioria das linhas de navegação para transporte de cargas e passageiros que chegavam no porto de Corumbá tinha como destino Buenos Aires, Montevideo e Asunción e pertenciam a Companhias argentinas. Os países platinos eram também o principal mercado consumidor dos produtos produzidos no sul do Estado de Mato Grosso. A preponderância da navegação fluvial da Argentina era considerada desnacionalizadora e antibrasileira.

ao transporem a fronteira, lembravam os brasileiros de uma verdade da qual todos pareciam esquecer: de que ali era a fronteira do Brasil ou ali terminava o Brasil. Ponta Porã era a metade meridional de uma única cidade cuja outra meia parte era Pedro Juan Cabalero. A linha seca limitante era a Avenida Internacional, onde transeuntes de cá e de lá da fronteira circulavam livremente, “com uma naturalidade chocante” e “como se todos pertencessem ao mesmo país” (Id., 1939, p. 124, 274; Marques, 1923, p. 398). Em Ponta Porã, os paraguaios ao transporem a Avenida Internacional que a separa de Pedro Juan Caballero acentuam: “*Abora vamos al Brazil!*”. Ou em Bela Vista, no Paraguai, ao embarcar na chalana para atravessar o rio Apa que conduz à Bela Vista, no Brasil, se expressam: “*yo voy al Brazil!*”. Melo e Silva também indignava-se com a versatilidade dos indígenas, que se consideravam ora brasileiros ora paraguaios e pelo fato de os paraguaios arrogarem-se direito de propriedade sobre o sul do Estado de Mato Grosso (Melo e Silva, 1939, p. 273-4).²⁰

O referido autor via nos quartéis e regimentos o único índice de brasilidade, progresso e civilização no sul do Estado de Mato Grosso. Apesar disto, criticava o fato de os recrutas serem mestiços ou de outras nacionalidades e apenas nascidos no Brasil. Também surpreendeu-se com o fato de muitos se autodenominarem brasileiros sem, no entanto, falarem ou compreenderem o português. Para ele, o sul do Estado de Mato Grosso não estava submetido ao controle regulador do Estado e à dinâmica da economia nacional. A Nação homogênea, una, indivisível, parecia não existir, aspecto que gerava um mal-estar cultural, uma indefinição e incertezas quanto ao

²⁰ O filho do Marechal Solano Lopez e Madame Lynch requereu judicialmente a propriedade da região sul do Estado de Mato Grosso

futuro (Id., 1939, p. 106; Id., 1989, p. 73). Neste sentido, quanto mais homogênea e pura desejava a Nação mais esta emergia como heterogênea e plural.

Enfim, era necessário imprimir à fronteira um padrão mínimo de brasilidade, civilidade e modernidade. Sua proposta reside na defesa de que a integridade e soberania da Nação não residiam unicamente na manutenção das fronteiras pelas forças militares, mas repousava na homogeneidade étnica, lingüística, cultural, moral e religiosa. Melo e Silva listou várias propostas para tornar o sul do Estado de Mato Grosso um Brasil brasileiro e para reeducar a população, a fim de forjar vínculos de identificação coletiva e criar cidadãos patriotas. O Estado tinha de intervir de forma autoritária para normatizar, legislar e pautar as condutas, papéis e espaços a serem desempenhados e ocupados pelos brasileiros e estrangeiros. Cabia aos dirigentes nacionais colocar o sul do Estado de Mato Grosso na senda do progresso e da civilização. Entre as propostas está a transferência da capital, Cuiabá para Campo Grande. Sua localização, ao norte, dificultava o controle das suas fronteiras e a presença do Estado, que, nesse período, era representado por algumas instituições que não exerciam nenhum controle por falta de pessoal, pela extensão das fronteiras e pelo isolamento.²¹ A integridade do espaço nacional, através da definição precisa das fronteiras e do seu policiamento, emergia como o objetivo primordial. Outra proposta, era a ocupação ordenada e o povoamento com população adequada, ou seja, de brasileiros “legítimos” para neutralizar a influência cultural paraguaia e nacionalizar a fronteira. O apelo à

²¹ A Delegacia Fiscal de Bela Vista, por exemplo, deveria fiscalizar o fluxo de entrada e saída de mercadorias em uma extensão aproximada de 100 léguas de fronteira com o Paraguai.

migração de brasileiros evocava o senso patriótico dos brasileiros a fim de transformar o sul do Estado de Mato Grosso numa região genuinamente brasileira. O Estado tinha de intervir positivamente para fragmentar a grande propriedade, dividir os municípios mais extensos, incrementar o povoamento (apoiado nos agrupamentos urbanos em detrimento do rural), e a ocupação e dinamizar as comunicações (Id., 1939, p. 106).

Melo e Silva valorizava a difusão dos elementos distintivos da cultura brasileira para criar uma imagem de uma comunidade entre os compatriotas. Para ele, tinham de ser difundidos a língua portuguesa, a religião católica, o futebol, o culto aos heróis e símbolos nacionais, e os ritmos brasileiros. Estas medidas eram consideradas importantes para a segurança nacional e não apenas regional (Id., 1939, p. 282; 1989, p. 138, 110). Ser brasileiro se consubstancia numa obrigatoriedade que preexiste ao nascimento e envolve e abrange de forma homogênea a todos.

Os paraguaios tornaram-se inimigos, potencialmente perigosos e perversos e fator inibidor do progresso e da civilização. A nacionalização da fronteira oeste viria também com a construção ideológica de diferenciações culturais com os países limítrofes. Enfim, criar um “nós”, em oposição a um “outro” com que os brasileiros não poderiam se identificar. A identificação identitária ocorre na medida em que se cria essa fronteira, separando “nós”, “deles”. Os paraguaios tornaram-se num outro que se infiltrava, ameaçava, transgredia, corrompia e dessacralizava. Essa “infiltração” do outro, que é diferente, era vista como um perigo à segurança nacional, à nacionalização da fronteira oeste e eliminá-la garantia a pureza e autoconservação cultural. Os brasileiros, ao incorporarem as contribuições estrangeiras, teriam perdido a noção de pertencimento à nacionalidade brasileira e se excluiriam da

cidadania e civilidade. Nesta perspectiva, ser brasileiro era uma identidade política coletiva nacional e o paraguaio era a expressão da alteridade.

Os projetos que visavam nacionalizar a fronteira oeste ficaram inconclusos pois a ambigüidade persistia. Ser fronteiriço era, e ainda é, sobretudo, realizar passagem e ultrapassagens, atestando diariamente que não existem fronteiras nem limites intransponíveis. Fundir o heterogêneo e constituir uma identidade homogênea desafia até a atualidade o Estado. As fronteiras entre países são apenas imaginárias, porosas, indistintas e possibilitam grande intercâmbio cultural. A nação coesa, homogênea faz parte de uma construção ideológica e diante da sua impossibilidade é pensada, na atualidade, apenas como comunidade imaginada (Cordellier, 1989, p. 16).

A preponderância numérica dos paraguaios persistiu até o final da década de 1950, quando o governo paraguaio impôs restrições à emigração, tendo em vista a carência de mão-de-obra. As fronteiras brasileiras também receberam maior vigilância, favorecendo a diminuição do fluxo imigratório. Apesar disto, nos municípios fronteiriços, a presença de paraguaios continua significativa. Atualmente, 20% da população de Mato Grosso do Sul são paraguaios ou descendentes diretos.

O intercâmbio fronteiriço também abrasileirou o Paraguai. Muitos brasileiros trabalhavam no Paraguai, fluxo que se intensificou na década de 1960, com os “brasiguaios”. Muitos paraguaios e brasileiros continuam imigrando para o outro lado da fronteira por acreditarem em melhores condições de vida. O comércio e contrabando de importados, drogas e animais na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia e os milhares de brasileiros que estudam no Paraguai e Bolívia são reflexos de um contato e intercâmbios contínuos e permanentes nas terras sul-mato-grossenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUM gráfico do Estado de Mato Grosso. Hamburgo/Corumbá: Ayalas & Simon editores, 1914. 433+69p.
- BARBOSA, Emilio G. *Panoramas do Sul do Estado de Mato Grosso*. Campo Grande: Editora Empresa Correio do Estado, 1963. 182p.
- BARROS, Abílio L. *Gente pantaneira*: (crônicas de sua história). Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998. 251p.
- BENITEZ, Apolônio J. *Testimonios nordestinos*. Asunción: Imprenta Salesiana, 1991. 303p.
- CALLADO, Antônio. *Sempreviva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. 289p.
- CAPILÉ JUNIOR, João A., CAPILÉ, Júlio, CRUZ E SOUZA, M. L. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: s. n., 1995. 394p.
- CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e “Melting Pot” cultural. In: CUNHA, Manoela Carneiro. (Org.), *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.457-474.
- CIDADE, Francisco de Paula. Aspectos geo-humanos de Mato Grosso: Corumbá. *Revista Brasileira de Geografia*, n.2, p.173-191, 1943.
- CORDELLIER, Serge (Coord.). *Nações e nacionalismos*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1998. 324p.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1980. 158p. (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na história regional: O sul do Estado de Mato Grosso (1870-1920)*. São Paulo, 1997. 346p. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CORRÊA, Valmir B. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1930*. Campo Grande: UFMS, 1995. 189p.
- DIAGNÓSTICO da colonização no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Secretaria de Planejamento, 1972. 71p.
- DONATO, Hernâni. *Selva trágica: a gesta ervateira no sulestematogrossense*. São Paulo: Autores Reunidos Limitada, 1959. 241p.
- GAINGANGUE – A PONTARIA DO DIABO (filme). Direção Carlos Hugo Christensen. S. l., 1973. 105 min, color., son., 35 mm.
- KLINGER, Bertoldo. *Parada e Desfile*: duma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século. Rio de Janeiro: Seção de Livros de “O Cruzeiro”, 1958. 592p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 400p.

- MARQUES, A. *Matto Grosso: seus recursos naturais, seu futuro econômico*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1923. 60p.
- MELO E SILVA, José de. *Fronteiras Guaranis: com um estudo sobre o idioma guarani, ou ava-ne-ê*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939. 332p.
- MELO E SILVA, José de. *Canaã do Oeste: sul do Estado de Mato Grosso*. 2.ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989. 174p.
- OS MATADORES (filme). Direção de Beto Brant. São Paulo: Casas de Produções, 1997. 90min, color., son., 35 mm.
- PALMÉRIO, Mário. *Vila dos Confins*. 15.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. 298p.
- PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. 9.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 383p.;
- PALMÉRIO, Mário. Saudade. In: Fagner amigos e canções (disco). Raimundo Fagner e Joanna. Rio de Janeiro: BMG Brasil Ltda., 97432158704-2, 1998. 2 Discos-laser, estéreo, 5 pol.
- PEREIRA, Armando de Arruda. No sul do Estado de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 25, 1927. 41p.
- PETRONE, Pasquale. No rio Paraná, de Porto Epitácio a Guairá (Relatório de viagem). *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, out. n. 27 p. 55-94, 1957.
- REIS, Elpídio. *Ponta Porã: polca, churrasco e chimarrão*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1981. 155p.
- GUIMARÃES ROSA, João. Sanga Puytã. In: _____. *Ave Palavra*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. 17-23p.
- ROSA, Pedro A. *Resenha Histórica de Mato Grosso: (Fronteira com o Paraguai)*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962. 91p.
- SANTOS, Paulo Sérgio N. dos. A literatura comparada no extremo oeste do Brasil. In: *Relatos de pesquisa*. Salvador: UFBA/ANPOLL, 1997. p. 27-30.
- SATER, Almir, SIMÕES, Paulo. Sonhos Guaranis. In: *Jubileu da Guaránia: 1927-1977* (disco). Almir Sater São Paulo: Fermata do Brasil – Editores de Música, 1982. Disco-laser, estéreo, 5 pol.
- SODRÉ, Nelson W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. 206p.
- SODRÉ, Nelson W. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado*. Petrópolis: Vozes, 1986. 336p.
- TAUNAY, Affonso E. *Em Mato Grosso Invadido (1866-1867)*. São Paulo: Melhoramentos, [1929?]. 105p.
- TAUNAY, Affonso E. *Inocência*. 34.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 219p.
- VICENZI, Jácomo. *Paraíso Verde: Impressões de uma viagem a Mato Grosso em 1918*. S. n. t. 289p.